

União atende reivindicação da FNP e desburocratiza renegociação de dívidas

Vitória da FNP: depois da mobilização dos prefeitos, o governo federal editou novo decreto alterando a regulamentação da renegociação de dívidas dos municípios com a União. O texto confirma entendimento da FNP de que os aditamentos que serão assinados não configuram novas operações de crédito. [Pág. 4](#)

Combate ao Aedes aegypti

Medida Provisória (MP) 712/2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 1º de fevereiro, autoriza entrada de agentes de saúde em imóveis públicos e particulares fechados ou abandonados para a eliminação de focos de reprodução do Aedes aegypti. Edição da MP atende a uma sugestão apresentada pela FNP durante reunião no Palácio do Planalto. [Pág. 8](#)

FNP busca apoio para municípios atingidos pelo rompimento da barragem

Encontro promovido pela FNP reuniu instituições nacionais e internacionais que se comprometeram a contribuir na elaboração de estudos, projetos e parcerias para atender os municípios atingidos pelo rompimento da barragem Fundão, em Mariana (MG). Reunião foi realizada no dia 21 de janeiro, na sede nacional do Sebrae, em Brasília (DF). [Págs. 6 e 7](#)

Logística Reversa de Embalagens

Secretários municipais de Meio Ambiente, coordenadores de Políticas Ambientais, diretores de departamentos de limpeza pública municipal e entidades ligadas à área participaram na sede da FNP, dia 21 de janeiro, de um debate sobre o Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral. O encontro foi realizado pela FNP em parceria com a Assemae. [Pág. 3](#)

Rio de Janeiro vai sediar 69ª Reunião Geral da FNP



Os principais temas da pauta municipalista serão discutidos na 69ª Reunião Geral da FNP, dias 23 e 24 de março, na cidade-sede das Olimpíadas e Parolimpíadas 2016. O subfinanciamento da saúde pública, alternativas de combate ao Aedes aegypti, fechamento de contas dos mandatos que encerram este ano e o impacto dos eventos esportivos nos municípios estão entre os temas da programação da reunião. [Pág. 10](#)

Plenária de Abertura - 23/03 (quarta-feira)
Plenária Deliberativa de Prefeitos - 24/03 (quinta-feira)
Visitas Técnicas opcionais (horários a definir)

PAUTA

Dia 23/03 - quarta-feira

12h30 às 14h30 Almoço de boas-vindas
14h30 às 17h30 As Olimpíadas e os municípios brasileiros (Plenária de Abertura)

Dia 24/03 - quinta-feira

Plenária Deliberativa de Prefeitos (reunião de trabalho, mesa em formato "U")

9h às 11h O subfinanciamento da saúde pública
11h às 13h Novas alternativas para combater o Aedes aegypti e os reflexos da epidemia de microcefalia para a saúde pública
13h às 14h Brunch
14h às 14h30 Lançamento do anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios Brasileiros - Ano XI
14h30 às 16h30 O fechamento das contas de 2016: o cumprimento do Artigo 42 da LRF em contexto de crise econômica
16h30 às 17h30 Eleição da Coordenação Política do IV EMDS Informes das vice-presidências temáticas

Horários a definir

Visitas técnicas opcionais: Projeto Porto Maravilha, Museu do Amanhã, BRT, VLT, ciclovias da Avenida Niemeyer, instalações olímpicas.



69ª Reunião Geral
Frente Nacional de Prefeitos

Rio de Janeiro - 23 e 24 de março
Visitas Técnicas opcionais (horários a definir)

INSCREVA-SE!

EDITORIAL

Muito trabalho e algumas conquistas

Phillipe Cedro / FNP



A FNP lançou no fim de janeiro o Relatório de Atividades 2015. A publicação é um instrumento de transparência e tem o objetivo de resumir e prestar contas das principais ações realizadas durante o ano. Com divisão mensal, traz informações sobre a atuação da entidade pelo desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Apesar dos muitos desafios, a FNP teve importantes motivos para comemorar. O sucesso do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) é um exemplo disso. Foram 9.458 participantes, 17 delegações de países dos cinco continentes, 355 palestrantes e moderadores e mais de 500 prefeitos no maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Durante o EMDS, foi realizada a 67ª Reunião Geral da FNP, quando foi eleita e empossada a nova diretoria para biênio 2015/2016. Em outubro, prefeitos também participaram da plenária da 68ª Reunião Geral, em Brasília.

Além dos grandes eventos promovidos pela FNP ou que contaram com o apoio da entidade, como a reunião dos prefeitos com o Papa Francisco e o Smart City Expo World, a diretoria-executiva participou de duas audiências com a presidente Dilma Rousseff e esteve presente entre os mais de 40 prefeitos no encontro com os presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

A FNP contabiliza ainda avanços nas votações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, da renegociação de dívidas dos municípios com a União, na PEC que determina que a União só possa delegar a prestação de serviços aos estados ou municípios com a indicação de previsão dos repasses financeiros, entre outros.

Em resumo, 2015 foi um ano de conquistas e de muito trabalho que, neste início de 2016, já se materializa em mais uma importante vitória: a alteração do decreto da renegociação de dívidas dos municípios.

Mais que novas regras, o decreto atual ratifica a importância da articulação e mobilização da FNP na defesa dos interesses dos municípios. E é em razão das crescentes demandas municipalistas que a FNP anuncia, também, a realização da 69ª Reunião Geral da FNP. O evento será realizado dias 23 e 24 de março, no Rio de Janeiro, a cidade-sede das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

A íntegra do relatório está disponível em www.fnp.org.br

Palmas inova e implanta sistema de meritocracia

Uma proposta inovadora e ambiciosa. Dessa forma pode ser definido o Capital Humano – Programa de Valorização do Servidor implantado pela Prefeitura de Palmas, com foco na meritocracia e no reconhecimento da atuação dos servidores públicos municipais.

O programa articula os projetos e ações de valorização do servidor, oferecendo melhorias no ambiente e na vida funcional. Em setembro de 2015, a gestão

investiu R\$ 2 milhões referentes à primeira parcela da bonificação aos servidores.

Outros R\$ 8 milhões foram investidos para pagamentos de equiparações salariais, progressões e benefícios como titularidades, que atenderam quase três mil servidores.

“Esta é uma proposta inovadora, sonho da nossa gestão. Não tínhamos experiências para comparar, por isso estamos melhorando a



cada dia essa ferramenta. É mais que justo que os servidores sejam reconhecidos ainda mais pelo trabalho de excelência que prestam à nossa população e a nossa cidade”, afirma o prefeito de Palmas (TO), Carlos Amastha ■

*Boa Prática indicada pelo município

AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
16 a 18 de fevereiro	Smart City Expo: “Inovação Urbana para Cidades Equitativas na América Latina”	Puebla (México)	www.smartcityexpopuebla.com
18 e 19 de fevereiro	Fórum dos Secretários de Administração das Capitais	Belo Horizonte/MG	www.fonac.org.br
24 a 26 de fevereiro	II Jornada sobre cidades e mudanças climáticas – ICLEI	Fortaleza/CE	www.iclei.org/sams
02 a 03 de março	II Encontro Nacional de Municípios	Brasília/DF	www.abm.org.br/2encontronacional
02, 03 e 04 de março	Reunião da Câmara Técnica Permanente da ABRASF e 1ª Assembleia Geral Ordinária ABRASF 2016	Florianópolis/SC	www.abrasf.org.br
09 a 11 de março	Reunião temática preparatória para Habitat III: Financiamento do desenvolvimento urbano - O desafio do Milênio	Cidade do México (México)	www.habitat3.org/mexicocity
15 a 18 de março	MIPIIM – Evento Internacional do Setor Imobiliário	Cannes (França)	www.mipim.com
16 a 18 de março	XXII Congresso da CIDEU (Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Urbano): O futuro das cidades - Os grandes desafios	San Sebastian (Espanha)	www.cideu.org/sansebastian2016/
23 e 24 de março	69ª Reunião Geral da FNP e lançamento do projeto Rio 2016: Olimpíadas do direito das crianças e adolescentes	Rio de Janeiro (RJ)	www.fnp.org.br
29 a 31 de março	6ª edição da Brazil Road Expo	São Paulo/SP	www.brazilroadexpo.com.br
30 de março a 1º de abril	9º Congresso GIFE	São Paulo/SP	www.congressogife.org.br/2016
04 e 05 de abril	Reunião temática preparatória para Habitat III: Espaços públicos	Barcelona (Espanha)	www.habitat3.org/barcelona
07 e 08 de abril	Reunião temática preparatória para Habitat III: Assentamentos informais	Joanesburgo (África do Sul)	www.habitat3.org/johannesburg
13 e 14 de abril	II Congresso Brasileiro de Gestão Pública	Brasília/DF	www.fpgestaopublica.com.br/
18 a 20 de abril	Reunião Regional preparatória para Habitat III – América Latina e Caribe	Toluca (México)	www.habitat3.org/toluca
26 a 29 de abril	Marcha dos Vereadores	Brasília/DF	www.uvbbrazil.com.br
27 a 29 de abril	Encontro 20-20: Transporte e Planejamento Urbano	São Paulo/SP	www.cities-today.com/20-20

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 11/02/2016.

Municípios questionam Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens

Rodrigo Eneas / FNP



Gestores de resíduos participaram do debate

O Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2015, foi tema de reunião promovida pela FNP e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), no dia 21 de janeiro, em Brasília (DF). O debate teve a participação de secretários municipais de Meio Ambiente, coordenadores de Políticas Ambientais, diretores de departamentos de limpeza pública municipal e entidades ligadas à área.

A discussão sobre o que os municípios fazem atualmente em relação ao recolhimento de embalagens que compõem a fração seca dos resíduos

sólidos e o impacto que o Acordo Setorial firmado entre o setor privado e o governo federal tem sobre os municípios nortearam a pauta do encontro. “O objetivo é entender o que os municípios fazem para o recolhimento destas embalagens, o impacto desse acordo setorial e, eventualmente, qual comportamento dessas cidades com o Acordo que define uma forma de fazer o recolhimento das embalagens, já que o município gasta uma parte muito significativa de sua receita para esse recolhimento e ele deve ser ressarcido pelo que recolher pelo setor privado. Então estamos debatendo como nos adaptar a esse novo mecanismo criado pelo governo”, explicou o diretor-adjunto

do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal, Silvano Silvério da Costa.

O Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral foi assinado no dia 25 de novembro de 2015 e tem como objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens. Por meio deste instrumento, fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores de embalagens e de produtos comercializados em embalagens se comprometem a trabalhar de forma conjunta para garantir a destinação final ambientalmente das embalagens que colocam no mercado.

No entanto, de acordo com a Assemae, “os municípios, que são os titulares dos serviços de limpeza urbana, foram excluídos do acordo e sofrem por arcar com as responsabilidades de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens”.

O presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) da cidade de São Paulo (SP), José Antonio Bacchim, destacou a falta de interesse do governo em dialogar com os muni-

cípios. “Percebemos que na prática os municípios são os reais titulares na prestação do serviço dos resíduos sólidos. E quando da aprovação do Acordo Setorial os municípios ou suas entidades representativas simplesmente foram ignoradas, não foram ouvidas. A FNP sequer foi chamada como anuente. O que percebemos na prática é que no dia a dia, além da chamada coleta convencional (aquela que passa em frente das residências), cada dia mais se cobra a ampliação da chamada coleta seletiva de secos. E quem vai pagar essa conta?”, questionou.

O potencial de crescimento do setor de coleta de resíduos na capital paulista também foi ressaltado pelo presidente da Amlurb. Segundo ele, o sistema de coleta seletiva já está implementado em mais de 50% dos domicílios. “Veja bem, uma cidade que é a quinta maior do mundo, imagine o custo que esse serviço tem?”, disse.

Para o diretor de resíduos da cidade de Jundiaí (SP), Gilberto Valverde Carneiro, o processo de logística reversa não deve ser centrada apenas na figura do catador, como é feita hoje, mas em toda a cadeia de

processo de reciclagem. “O catador é um instrumento da coleta seletiva. Ele é apenas um personagem dentro de um instrumento muito complexo. Jundiaí gasta para coletar e triar o resíduo de embalagens uma média de R\$ 800 mil por mês. Isso representa 5% do lixo. Se nós fossemos reciclar 45%, você multiplica isso por 10, seriam necessários R\$ 8 milhões para custear isso, toda a coleta de embalagens que está inserida no resíduo domiciliar, essa é a proposta do Acordo Setorial. E alguém tem que pagar essa conta”, ressaltou.

A preocupação de uma dissociação entre os catadores, o setor privado e a população foi o ponto abordado pela coordenadora de políticas ambientais da Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza (CE), Edilene Oliveira. “O Acordo de Logística Reversa de Embalagens parece que segue no sentido oposto ao que os municípios estão fazendo. A coleta seletiva tem que ser vista como um instrumento de gestão e nós entendemos que a coleta tem que ser trabalhada pelo Poder Público, sociedade civil e o setor privado”, defendeu ■

Decreto prorroga prazo para apresentação do plano de saneamento básico

Os municípios terão mais dois anos para apresentar seus planos de saneamento básico. A prorrogação do prazo foi estabelecida pelo Decreto 8.629/2015, publicado em dezembro de 2015, no Diário Oficial da União, que também condiciona o acesso a recursos orçamentários da União destinados ao setor à existência do projeto.

Para ajudar na elaboração do plano, o governo federal oferece apoio téc-

nico. Os gestores interessados devem procurar a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Entre outros critérios, terão prioridade as prefeituras que não foram contempladas com recursos federais para elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico e aquelas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Elaborado com a participação dos governos federal, estaduais e municipais, concessionárias e empresas,

profissionais, acadêmicos e estudiosos do setor no país, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) prevê universalizar os serviços em um horizonte de 20 anos. O Plano foi aprovado em 2014 pelos ministérios das Cidades, Fazenda, Casa Civil, Saúde, Planejamento, Meio Ambiente e Integração Nacional. A primeira data limite estipulada às prefeituras para conclusão dos planos municipais foi dezembro de 2014 ■

Assemae pede garantia de recursos para saneamento

O presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Aparecido Hojaij, se reuniu em Brasília, dia 26 de janeiro, com o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Paulo Ferreira. No encontro, Hojaij ressaltou a importância de manter o saneamento básico na agenda política do Brasil, garantindo o investimento em infraestrutura, capacitação técnica

e sustentabilidade econômica do setor.

Segundo Ferreira, para 2016, existe a previsão do investimento de R\$ 7,5 bilhões na área de saneamento básico, apenas com recursos vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “Também pretendemos investir 600 milhões de reais do Orçamento Geral da União (OGU), além dos recursos de financiamento”, informou.



Caixa / Divulgação

Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo

O secretário-geral da FNP e prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, esteve reunido, no dia 13 de janeiro, em Brasília (DF), com a presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior. Na pauta do encontro esteve a renovação do convênio que viabiliza as ações do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), uma parceria entre a FNP, a Caixa e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

União altera decreto da renegociação de dívidas dos municípios

Paulo Nogueiras / FNP



Prefeitos se reuniram com ministros no dia 3 de fevereiro

Depois da mobilização da FNP, o governo federal editou novo decreto alterando a regulamentação da renegociação de dívidas dos municípios com a União. O Decreto nº 8.665/2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) de 11 de fevereiro, revoga o inciso IV, do parágrafo 1º, do artigo 2º do Decreto nº 8.616/2015, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos que serão assinados não configuram novas operações de crédito.

A decisão do governo federal de revogar itens publicados no Decreto anterior foi tomada depois da deliberação provisória da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS), a partir de pedido da FNP e da mobilização dos prefeitos em encontro com ministros no dia 3 de fevereiro.

De acordo com o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda,

presidente da FNP, o novo decreto representa um marco no tema. “Conseguimos, com articulação e mobilização dos prefeitos e secretários, a solução para esse impasse das dívidas dos municípios”, disse.

O novo texto ainda exclui a obrigatoriedade de autorização legislativa, revoga o item que determinava a retirada prévia de eventuais processos judiciais sobre o tema e desobriga o cumprimento das regras estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Resolução 43/2001, do Senado Federal, para operações de crédito, itens detalhados no Manual para Instrução de Pleitos (MIP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Para o prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, secretário-geral da FNP, a renegociação das dívidas dos municípios com a União está perto de ser concluída. “Juntos construímos o entendimento de que esses aditamentos não são novas operações de crédito. Isso é

uma vitória para 180 municípios”, afirmou.

Sobre as dívidas

A mudança do indexador de dívidas foi uma das reivindicações da Carta dos prefeitos e prefeitas da FNP aos Candidatos à Presidência da República, divulgada em setembro de 2014. Há mais de uma década, a renegociação dessas dívidas é uma bandeira de luta da FNP pelo equilíbrio federativo e pela responsabilidade fiscal. Em novembro de 2014 foi sancionada a Lei Complementar 148, trazendo as novas regras para esses contratos.

Em agosto de 2015, o Congresso aprovou a Lei Complementar 151, determinando a entrada em vigor das novas regras, independentemente de regulamentação, em 1º de fevereiro de 2016. Em outubro, os prefeitos da FNP encaminharam carta aos presidentes dos três poderes alertando para a urgência na regulamentação dessas leis.

Em 29 de dezembro, o Decreto nº 8.616 foi publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União, estabelecendo as fórmulas para reprocessamento das dívidas pelos novos encargos autorizados, bem como para a apuração mensal do coeficiente de atualização monetária da dívida remanescente. O decreto regulamenta os novos critérios para os financiamentos que haviam sido estabelecidos pelas Leis Complementares e considera esses aditamentos como novas operações de crédito.

No dia 29 de janeiro, a ministra Cármen Lúcia, do STF, deferiu parcialmente o pedido de Concessão de Medida Cautelar solicitado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que contestou regras estabelecidas pela União no Decreto nº 8.616. A ação foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS), após mobilização da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), pois a entidade não tem prerrogativa constitucional para propor esse tipo de peça.

A partir da decisão da ministra, os municípios não precisariam mais de autorização das Câmaras de Vereadores para celebrar os aditamentos dos contratos com a União. Outro item determinado na decisão do STF é a suspensão da necessidade de que os municípios desistam de ações judiciais que eventualmente já estão impetradas contra a União.

Diante da decisão do STF,

a FNP solicitou audiência para sensibilizar o governo federal e evitar uma enxurrada de ações judiciais para garantir o que foi expresso no deferimento do Supremo. Participaram do encontro com o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams e o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo Henrique Oliveira, os prefeitos de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, secretário-geral da FNP e do Guarujá (SP), Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas. Também participaram o assessor da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), Gilmar Dominici, o secretário de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo (SP), Vicente Trevas, representando o prefeito Fernando Haddad, e o secretário de Finanças de Santo André (SP), Antônio Carlos Granado, representando o prefeito Carlos Grana.

Embasado na decisão da ministra, o município de Contagem (MG) garantiu na justiça federal, por meio de um mandado de segurança, a aplicação das novas regras sem a necessidade de apresentar a documentação relativa à operação de crédito.

A lista dos 180 municípios com dívida com a União e a íntegra dos decretos estão disponíveis na central multimídia do site www.fnp.org.br ■

VITÓRIA
da FNP

Dívidas e operações internacionais são pautas de reuniões em Brasília

O secretário-geral da FNP e prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, esteve em Brasília (DF), no dia 13 de janeiro, para diversas reuniões. A agenda teve como uma das pautas o processo de renegociação de dívidas de estados e municípios com a União, cujas novas regras foram estabelecidas em decreto publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro e, após mobilização da FNP, alteradas em decreto publicado dia 10 de fevereiro.

O assunto foi tratado com o presidente do Banco do Brasil (BB), Alexandre Corrêa, que recebeu do

prefeito Marinho a solicitação de envio, com urgência, da memória de cálculo do impacto orçamentário das renegociações das dívidas para os 180 municípios.

Cofix

Em Brasília, no dia 13 de janeiro, o secretário-geral da FNP também participou de audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Valdir Simão.

Falando sobre Operações de Créditos Internacional, o secretário-geral da FNP questionou o item (III), da resolução 294/2006, da Comissão de Financiamento Externo (Cofix),

que limita em até 90% a Receita Líquida Real do município. O ministro Valdir Simão se mostrou aberto a contribuições. “Gostaríamos que a Frente Nacional de Prefeitos elaborasse uma proposta de melhoria da resolução da Cofix e nos apresentasse. Não podemos continuar engessados como estamos”, sugeriu.

A necessidade de desburocratização no refinanciamento das dívidas dos estados e municípios com a União também esteve entre os assuntos abordados pelo prefeito. Em resposta, o ministro Valdir Simão se comprometeu a tratar do assunto com o ministro



Presidente do Banco do Brasil ouviu demandas dos municípios

da Fazenda, Nelson Barbosa.

O prefeito Luiz Marinho pediu, ainda, a ajuda do ministro para regularização dos repasses federais para os municípios. “Os

repasses amenizam as desigualdades regionais. Precisamos buscar o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios”, ressaltou ■

Rodrigo Eneas / FNP

SEJA INOVADOR. NO SEU TEMPO, DO SEU JEITO.

A **PÓS A DISTÂNCIA** EM DIREITO MAIS INOVADORA E INTERATIVA DO PAÍS ACABA DE ABRIR INSCRIÇÕES PARA A **4ª TURMA**. ESTUDE EM QUALQUER LUGAR, NA HORA QUE VOCÊ QUISER E COM OS MAIORES JURISTAS DO BRASIL.

CURSOS RECONHECIDOS
PELO **MEC**

MENSALIDADES A PARTIR DE*

R\$ **309**,83

*VÁLIDO ATÉ 23/02

ESPECIALIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS DO DIREITO

NOVO CURSO

DIREITO PÚBLICO

NOVO CURSO

DIREITO ELEITORAL

NOVO CURSO

**CORRUPÇÃO: CONTROLE E REPRESSÃO
A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS**

NOVO CURSO

**DIREITO E GESTÃO
MUNICIPAL**

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO CIVIL

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO E PRÁTICA
PREVIDENCIÁRIA

CIÊNCIAS CRIMINAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

INÍCIO DAS AULAS 14/03

ACESSE: POSESTACIO.CERS.COM.BR



PÓS-GRADUAÇÃO | MBA

A PÓS QUE ACOMPANHA VOCÊ

Rompimento da barragem: instituições podem apoiar tecnicamente mun

Sandro Damasceno / FNP



Experiências das instituições vão auxiliar os municípios

Articuladas institucionalmente pela FNP, 15 instituições nacionais e internacionais comprometeram-se a contribuir na elaboração de estudos, projetos e parcerias para atender os municípios atingidos pelo rompimento da barragem Fundão, em Mariana (MG). Sob coordenação dos prefeitos de Mariana, Duarte Júnior, vice-presidente de Desastres Ambientais da FNP, e de Governador Valadares (MG), Elisa Costa, vice-presidente de Resíduos Sólidos, o encontro aconteceu no dia 21 de janeiro, na sede nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em Brasília (DF).

Para o prefeito Duarte Júnior, a reunião foi um avanço no apoio aos municípios. Segundo ele, o primeiro passo foi dado com as discussões promovidas durante a 21ª Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP 21), em dezembro do ano passado, depois da reunião organizada pela FNP, em Mariana, em novembro. “Com o apoio dessas instituições que têm expertise em outras tragédias e já trabalham há muitos anos com tudo isso o que tem acontecido poderemos agilizar e fazer com que as coisas aconteçam”, afirmou.

As experiências das entidades também foram destacadas pela prefeita Elisa Costa como um ponto importante para a construção de projetos e parcerias. “Uma dificuldade que nós temos é a elaboração de bons projetos em curto espaço de tempo, dada

a própria situação financeira que fomos impactados com a tragédia. Temos dificuldade em ter técnicos com toda qualificação e capacitação para nos auxiliar e elaborar projetos. Temos que conseguir que os projetos venham juntos com os recursos que forem aplicados”, disse.

Afetado com problemas relacionados à população ribeirinha e a distribuição de água, além de aldeias indígenas que são banhadas pelo Rio Doce, o município de Resplendor (MG) também esteve presente. “Eu sei que as coisas estão difíceis, mas nossa expectativa é que consigamos que as coisas voltem à normalidade para esses municípios que foram afetados”, falou o prefeito Cesar Romero Silva.

Participaram da reunião e manifestaram apoio aos municípios atingidos, representantes do International Council for Local Environmental Initiatives (Iclei), Embaixada da França no Brasil, Fundação Agbar, World Resources Institute (WRI), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação Avina, Suez, União Europeia, Sedigate, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Rede Colmeia da Inovação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Sebrae, Banco Mundial e World Wide Fund for Nature (WWF).

Também participaram do encontro, o secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Rodrigo Paneto, representando o prefeito de Linhares

(ES), Jair Correa, e o secretário de Saúde de Mariana, Juliano Duarte.

A Reunião

Técnicos da FNP explanaram sobre formas de projetos e parcerias que possam subsidiar os municípios atingidos pela tragédia. Entre eles, a promoção de estudos e análises dos impactos diretos e indiretos nas receitas municipais (no médio e longo prazo) decorrentes do desastre e a proposta de constituição de estrutura técnica para promoção e acompanhamento dessa articulação multiinstitucional e federativa.

Outra forma de apoio apontada pela FNP é a construção de alternativas de geração de emprego e renda. A FNP apontou, ainda, a necessidade de construção institucional federativa para governança e gestão dos impactos da catástrofe e de promoção, além do acompanhamento da transição do modelo econômico para a região.

Segurança hídrica nos municípios foi um ponto abordado pela prefeita Elisa Costa. “Além da queda drástica de receitas, a questão hídrica para a segurança é muito importante e precisa estar colocada como tema em discussão”, apontou. Ela explicou que em médio prazo isso tem um impacto sobre as atividades produtivas de um município. “Além da diminuição de estudantes, que buscam cidades com segurança hídrica, estamos perdendo renda dos pequenos e médios produtores”, completou ■

“ Se a solução encontrada for mesmo a construção de um projeto conjunto de recuperação e promoção do desenvolvimento na região, o Pnud poderia agregar essa oferta de metodologia na área de monitoramento e avaliação desse plano.

Moema Freire
Oficial de Projetos do PNUD

“ Precisamos trabalhar com o tripé que constitui o desenvolvimento sustentável: governo, junto com sociedade civil e empresas. O espectro é muito amplo daquilo que podemos colaborar. Tudo vai depender de avaliação e planejamento

Rejane Fernandes

Diretora de Relações Estratégicas e Desenvolvimento do WRI Brasil Cidades Sustentáveis

“ Podemos colaborar com investimentos, apoiar tecnicamente, financiar infraestruturas. Isso também gera emprego direto e também tem possibilidade de criar uma dinâmica no desenvolvimento econômico.

Ricard Frigola
Diretor Geral da Suez Environment

“ Podemos pensar em trazer peritos franceses especialistas em prevenção e gestão de crises e catástrofes industriais e ecológicas.

Yannick Samson
Conselheira para Questões Globais da Embaixada da França

“ Colocamos à disposição das necessidades que vocês definirem como prioritárias, a capacidade de a Avina trabalhar pontes de diálogo com organizações sociais de nível local. É muito importante que as soluções sejam construídas e que aterrissem nas lideranças locais, não só da esfera política.

Ofélia Ferreira
Gerente de Comunicação da Fundação Avina

“ A Colméia da Inovação reúne cidadãos para desenvolver novas soluções que gerem impacto para algum desafio público. É um evento que serve para capacitar as pessoas, criar novos produtos, validar ideias.

André Rafael
Representante da Rede Colméia da Inovação

“ Capacitar um bom profissional, é de extrema importância para ajudar nisso.

Representante

“ Acredita-se que, presente, a vigilância esportiva municipais em todo o território.

“ Acredita-se que a autoridade alternativa para

“ Estamos o BDMG (Banco de Minas Gerais) para ver essa cooperação.

“ Acredita-se que o restabelecimento nos municípios

Gerente

“ Creio que olhar para a centralidade de planejamento

Superinter

“ Com as dificuldades, vamos ajudar a fazer essa transição. De uma poluição, uma v

Diretor da CDO Innova

Municípios

...r pessoas que vão estar, por
...odo, acompanhando o proces-
...ma importância. Poderíamos

Luis Lima

...ate de Meio Ambiente da Unesco

...mos que podemos estar mais
...oiando suplementarmente à
...tudual junto com as secreta-
...pais de saúde e as vigilâncias
...ue envolve a vigilância sani-

Trajano Quinhões

...diretor adjunto da Anvisa

...mos que a formação de uma
...federativa seria uma boa al-
...ra conduzir esse processo.

Jussara Carvalho

...secretária executiva do ICLEI

...abertos para conversas com
...nco de Desenvolvimento de
...s) e também com os municí-
...r como a gente pode articular

Laure Schalchli

...gerente de projetos da AFD

...que podemos contribuir com
...mento dos pequenos negócios
...ios atingidos.

Bruno Quick

...e de Políticas Públicas do Sebrae

...e o WWF queira contribuir no
...bacia e buscar soluções des-
...as tentando melhorar a qua-
...anejamento nos municípios.

Mario Barroso

...ndente de Conservação da WWF

...tecnologias que temos pode-
...bastante os municípios para
...ransição de arrumar os pro-
...um problema, fazer a força.
...valorização.

Alexandre Bonnin

...ove - Fabricante de maquinários

Brasil precisa formar mais médicos

*Texto publicado originalmente em Especial para o UOL, dia 30 de janeiro de 2016

Prefeitos e prefeitas de todo o país acompanham com apreensão a paralisação do edital do Ministério da Educação para a abertura de cursos de medicina em 39 municípios, após suspensão cautelar pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em outubro do ano passado. O edital, divulgado em 2014, é parte do segundo eixo do programa Mais Médicos para o Brasil, que objetiva ampliar o atendimento na atenção básica de saúde.

Com o Mais Médicos, o país enfrentou a insuficiência no atendimento básico, ampliando e aprimorando a atenção primária à população. A necessidade de mais profissionais de saúde foi evidenciada pela campanha “Cadê o Médico?”, organizada pela FNP, em 2013. A campanha demonstrou a carência generalizada de profissionais nos municípios brasileiros, em especial no interior e na periferia das grandes cidades.

A falta de médicos compromete a garantia constitucional do direito à saúde. De 2002 a 2012, o número de médicos formados no Brasil correspondia a 65% da demanda da sociedade, demonstrando um déficit de 53 mil profissionais. Em 2011, dois anos antes do lançamento do programa Mais Médicos, havia 1,8 médico para cada mil habitantes no país. Outros países da América do Sul, como Uruguai e Argentina, possuíam o dobro de profissionais para a mesma população, no período.

Além da carência de médicos, as distorções de distribuição desses profissionais no território brasileiro também são preocupantes. Áreas com mais concentração de pobreza apresentam maior disparidade na relação médicos por habitante.

Dados do Ministério da Saúde demonstram que, das 27 unidades da federação, 22 estão abaixo da média nacional na proporção médico por habitante. Há estados com indicador de menos de 1 médico para cada mil habitantes, o que prejudica – e muitas vezes inviabiliza –, o acesso aos serviços de saúde e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Para combater a escassez desses profissionais e os desníveis regionais, é preciso expandir de forma orientada o ensino médico pelo país, ampliando a oferta de cursos de medicina e assegurando a interiorização das faculdades. O aumento do número de vagas para graduação deve ser combinado com o aumento de vagas em residências médicas, para que, depois de formado, o profissional possa permanecer na região.

A contratação pelo programa Mais Médicos visa enfrentar o problema de forma emergencial, mas a formação de novos profissionais possui caráter permanente e estruturante, fundamental para a sustentabilidade das políticas públicas de saúde pelo Brasil afora.

A seleção dos municípios para sediar os cursos de medicina começou em 2013 e exigiu investimentos das prefeituras para o cumprimento das rigorosas exigências do Ministério da Educação. Além de ampliar a oferta de vagas, é preciso garantir qualidade na formação dos profissionais. No entanto, o edital para a instalação dos cursos está paralisado e há 4 meses aguarda deliberação do TCU.

O processo, sob relatoria da ministra Ana Arraes, chegou a constar na pauta da sessão do plenário do TCU por duas vezes no início de dezembro. Na primeira, a apreciação foi adiada e, na segunda, foi objeto de pedido de vistas pelo ministro Augusto Nardes.

O edital paralisado no TCU prevê a criação de mais de duas mil novas vagas para graduação em medicina e já estava em fase de seleção e classificação das propostas das instituições. A expectativa era de realização de provas de seleção ainda no início de 2016.

Caso persista a demora para a análise do processo – ou ainda, o edital seja anulado – ficará inviabilizada a oferta de vagas neste ano, o que acarretará enormes prejuízos para a formação de novos médicos e para o atendimento da população.

Diante desse cenário preocupante é preciso agir com urgência. Os prefeitos e prefeitas apelam e contam com a celeridade do TCU para dar prosseguimento à instalação dos novos cursos de medicina, garantindo um melhor atendimento de saúde aos cidadãos e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Luiz Marinho, Prefeito de São Bernardo do Campo (SP), secretário-geral da FNP

Elias Gomes, Prefeito de Jabotão dos Guararapes (PE), vice-presidente de Políticas Sociais da FNP

Palminio Altimari Filho, Prefeito de Rio Claro (SP)

FNP participa de debate sobre os ODS durante o Fórum Social Temático



Prefeito Jairo Jorge falou sobre o tema no FST

O prefeito de Canoas (RS), Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa da FNP, representou a entidade no debate sobre “Os desafios da municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil: a estratégia do Programa Cidades Sustentáveis para as eleições de 2016”, durante o Fórum Social Mundial Temático (FST) 2016, em Porto Alegre (RS). O evento marcou a comemoração dos 15 anos do Fórum Social Mundial (FSM).

A proposta da mesa, organizada pela Rede Nossa São Paulo e o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), foi apresentar a Plataforma Cidades Sustentáveis após a incorporação dos ODS e cobrar o compromisso dos partidos políticos com a agenda do PCS nas eleições de 2016.

De acordo com o prefeito Jairo Jorge, a discussão foi fundamental para alinhar o posicionamento dos prefeitos. “Os ODS devem servir de referência para todos nós. Temos que pensar e repensar a nossa posição no mundo. Em 2011, assinei um compromisso com as cidades sustentáveis que se transformou em

123 indicadores com 50 metas apresentadas para a sociedade durante a eleição em 2012. Os Objetivos nos dão norte, um rumo e a cidade se empodera para cobrar essas metas”, disse o prefeito. Para ele, o momento em que o país vive também requer mais transparência e gestões efetivas. “Política é esperança, como dizia Juscelino Kubitschek. Não há futuro sem política e sem democracia. É necessária sinceridade radical e os passos para o novo caminho se dão pelo compromisso com as Cidades Sustentáveis”, afirmou Jairo Jorge.

Com o tema Fórum Social Mundial (FSM) 15 Anos Porto Alegre, o objetivo do FST 2016 foi realizar um balanço das lutas anticapitalistas nestes anos, discutir os desafios das classes sociais populares e das mulheres e homens que desejam uma sociedade mais humana e fraterna e, principalmente, discutir as perspectivas da luta altermundialista nos dias de hoje. O FST também é um evento preparatório para o FSM que ocorrerá de 9 a 14 de agosto deste ano, em Montreal, no Canadá ■

CGLU premia cidades com projetos culturais sustentáveis

Estão abertas as inscrições para o 2º Prêmio Internacional “CGLU – Cidade do México – Agenda 21 da Cultura”, que tem o objetivo de reconhecer as cidades e personalidades líderes que se destacaram em sua contribuição para a cultura como pilar do desenvolvimento sustentável. A Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) é o patrocinador institucional da Agenda 21 da Cultura.

O prêmio vai reconhecer uma política, um programa ou um projeto original, incluindo claramente os princípios da Agenda 21 da cultura. As inscrições podem ser feitas até o dia 15 de março no site www.agenda21culture.net.

Renan se compromete a trabalhar pela rápida aprovação da PEC dos Precatórios

Paulo Nogueiras / FNP



Presidente do Senado recebeu FNP

Em audiência com dirigentes da FNP, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, declarou apoio e mostrou-se sensível a celeridade na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 159/2015 (PEC dos Precatórios). A reunião foi realizada no dia 3 de fevereiro, a partir da articulação institucional da entidade, que vem trabalhando ao longo de anos na discussão de alternativas para o pagamento de precatórios.

“Segundo o presidente, nós podemos contar com seu apoio não apenas na questão da PEC dos precatórios, mas em todas as agendas que o movimento municipalista, por meio da FNP, trouxe a ele”, contou a prefeita de Guarujá (SP), Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP.

Para o secretário de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo (SP), Vicente Trevas, a reunião foi positiva para a federação brasileira. “Até porque isso não é só uma questão dos municípios. Esse tema pode tencionar a nossa nação e o declínio de uma das esferas pode dificultar a condução do governo federal”, afirmou. Trevas, que representou o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, 1º vice-presidente da FNP, disse ainda que Calheiros definiu a pauta como suprapartidária

e que iria trabalhar para “facilitar esse encaminhamento parlamentar”.

“Essa reunião demonstra a preocupação dos municípios para que essa pauta seja rapidamente apreciada no Senado. Nossa expectativa é que a PEC dos precatórios seja aprovada o mais rápido possível”, concluiu prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, Secretário-Geral da FNP.

Representando o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, esteve o procurador geral do município, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum de Procuradores Gerais das Capitais. O secretário de Finanças de Santo André (SP), Antonio Carlos Grana, também participou da reunião, representando o prefeito Carlos Grana, suplente do Conselho Fiscal da FNP.

Municípios planejam ações

O Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), em São Paulo (SP), sediou, no dia 29 de janeiro, reunião dos secretários de Finanças e procuradores para tratar do tema do pagamento dos precatórios. A necessidade de alinhamento político e a elaboração de um plano de ação entre os municípios também esteve na pauta.

Para o secretário municipal de Negócios Jurídicos de São Paulo (SP), Robson Barreirinha, os gestores devem agir com cautela, pois a discussão da Proposta de Emenda Constitucional dos Precatórios (PEC 159), no Congresso Nacional, está avançada. Ele acredita que o posicionamento mais adequado é acompanhar a PEC e se preparar para os possíveis cenários, caso ela não seja aprovada.

Da reunião saiu encaminhamentos de solicitação de agenda com o presidente do Senado, Renan Calheiros, já realizada no dia 3 de fevereiro e com Tribunal de Justiça de São Paulo, marcada para o dia 8 de março.

Segundo o assessor jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Ricardo Almeida, a ideia é aguardar até que o Congresso Nacional regulamentasse a PEC, “mas enquanto isso os municípios devem se pautar na PEC 62”. Almeida recorda que não é competência do STF legislar sobre prazos. Os participantes avaliam a possibilidade de ingressarem com medidas junto aos órgãos competentes para solucionar o problema.

A reunião foi coordenada pela FNP e também teve a participação do secretário de Finanças de Santo André (SP), Antônio Carlos Grana; secretário de Assuntos Jurídicos de Osasco (SP), Adriano Pedro Alves; diretor do Departamento de Receita Mobiliária da Secretaria de Finanças de Guarulhos (SP), Andre Felipe Soares; secretário de Finanças de Mauá (SP), Eduardo Pacheco; secretário de Finanças de Campinas (SP), Gustavo Zucato; secretário de Finanças de Guarujá (SP), Armando Palmieri e o secretário executivo da FNP, Gilberto Perre ■

Olimpíadas terão ações de proteção à criança e ao adolescente

O plano de trabalho de dois dos quatro eixos do projeto “Rio 2016: Olimpíadas do Direito da Criança e do Adolescente” - capacitação e fortalecimento das redes locais e participação cidadã e protagonismo juvenil - foi validado no dia 20 de janeiro, em Porto Alegre (RS). O projeto, realizado pela FNP, em parceria com a Iscos Piemonte e a Associação VivaRio, cofinanciado pela União Europeia (UE), também conta com o apoio da capital gaúcha, de municípios do Rio de Janeiro e da Rede Internacional ECPAT (*End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Child for Sexual Purpose*).

A iniciativa dará continuidade às ações de políticas para a proteção da infância e adolescência, iniciadas no projeto para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, que teve como foco o combate à exploração sexual infan-

til. No projeto das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, a abordagem será mais ampla, com ênfase na proteção global da criança e do adolescente, com ações direcionadas ao planejamento e à articulação das redes locais de proteção durante o evento. Dessa forma, além do combate à exploração sexual infantil serão abordados: a prevenção do trabalho infantil; o combate ao uso de álcool e outras drogas; o atendimento à crianças em situação de rua e a prevenção do desaparecimento de crianças.

As reuniões tiveram a participação da FNP, gestores e parceiros da iniciativa, entre eles Gerado Viñales, diretor de esportes e juventude de San Carlos, em Maldonado, no Uruguai, além de representantes do Peru, Argentina, Uruguai e Chile ■

Combate ao Aedes aegypti é prioridade dos municípios

Agentes de saúde estão autorizados a entrar em imóveis públicos e particulares fechados ou abandonados para a eliminação de focos de reprodução do *Aedes aegypti*. A permissão faz parte de uma série de ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika e está determinada na Medida Provisória (MP) 712/2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 1º de fevereiro.

A edição da MP atende a uma sugestão apresentada pelo presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, durante reunião convocada pela presidente Dilma Rousseff com governadores e prefeitos, no Palácio do Planalto, dia 8 de dezembro do ano passado. “Essa é uma questão jurídica complicada, que requer uma pacificação jurídica a nível nacional”, destacou o prefeito na ocasião.

Segundo a MP 712, “o ingresso forçado em imóveis públicos e particulares ocorrerá no caso de situação de abandono ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público, regularmente designado e identificado, quando se mostre essencial para a contenção das doenças.

Situação de Emergência

O Ministério da Saúde (MS) instalou em Brasília (DF) uma Sala Nacional de Coordenação e Controle para o Enfrentamento à Microcefalia e convidou a FNP a se engajar na criação de espaços semelhantes também nos municípios.

De acordo com a Diretriz Geral SNCC nº 1/2015, as salas de coordenação e controle em nível municipal deverão, entre outras atribuições, mobilizar pessoal, insumos, equipamentos e logística para a intensificação da campanha de combate ao mosquito; coordenar, monitorar e supervisionar a execução das ações de mobilização e combate ao mosquito; realizar os levantamentos de dados para os indicadores; engajar as equipes de saúde para conscientização e orientação da população; e incentivar a participação da sociedade civil organizada.

Conforme explica o MS, que já declarou Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), o combate ao vetor é o eixo estratégico de todo o trabalho e a participação de todos os setores é fundamental ■

Decreto incentiva compra de pequenos empresários

Micro e Pequenas Empresas (MPE), Microempreendedores Individuais (MEI), agricultores familiares e sociedades de consumo passam a ter tratamento diferenciado nas contratações públicas de bens, serviços e obras da administração pública federal. As novas regras entraram em vigor com o decreto 8.538/2015, do dia 6 de janeiro, que estabelece incentivos para a participação na economia. Entre os objeti-

vos, está a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, além da ampliação da eficiência das políticas públicas e incentivo à inovação tecnológica.

De acordo com a publicação, em licitações com itens ou lotes cujo valor seja de até R\$ 80 mil, o processo deve ser destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, regulamentando o que já estava previsto

na Lei Complementar 123, de 2006. Outro exemplo é o caso de contratação de serviços e obras, que poderá ser exigida a subcontratação de micro ou empresas de pequeno porte.

Conforme dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as MPEs são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e 52% do total de empregos com carteira assinada no país ■

PROGRAMA
**LEITE
EM CASA**



GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCÊ

NOSSAS CRIANÇAS APRENDENDO MAIS E MELHOR.

Crescer com saúde faz muito bem para a educação e essas são as marcas do Programa Leite em Casa que, desde 2013, investe na entrega do leite para crianças das escolas municipais de Guarulhos.

- Mais de 110 mil alunos beneficiados;
 - Mais de 1.300 toneladas de leite distribuídas todos os anos;
 - Economia de mais de R\$ 500,00 por ano para cada família.
- Mais saúde e qualidade de vida para as crianças e suas famílias.

É Guarulhos crescendo junto com você.

Anairis Souza Santos
Moradora do bairro
do Pimentas

455 ANOS



Cidade de Guarulhos

**PREFEITURA
DE GUARULHOS**

Saiba mais: www.guarulhos.sp.gov.br

Reunião Geral da FNP será no Rio de Janeiro, dias 23 e 24 de março



69ª Reunião Geral
Frente Nacional de Prefeitos
Rio de Janeiro - 23 e 24 de março

Os principais temas da pauta municipalista serão discutidos na 69ª Reunião Geral da FNP, que será nos dias 23 e 24 de março, no Rio de Janeiro (RJ), na cidade-sede das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016. Além de tratar temas como o subfinanciamento da saúde pública, alternativas de combate ao

Aedes aegypti, fechamento de contas dos mandatos que encerram este ano, o encontro vai promover o debate sobre o impacto dos eventos esportivos nos municípios.

Abrindo a reunião será lançado o projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma parceria da FNP com a

União Europeia que tem o objetivo de sensibilizar e alertar a sociedade, de maneira positiva, sobre a proteção global dos direitos da criança e do adolescente durante grandes eventos. O projeto tem o foco em cinco principais violações de direitos frequentes em megaeventos: trabalho infantil; uso de álcool e outras drogas; violência sexual; crianças desaparecidas; e crianças em situação de rua.

Ainda ligado às Olimpíadas, o encontro abordará os temas: “As Olimpíadas e os Municípios” e “Oportunidades para os municípios que receberão a Tocha Olímpica”.

Outros temas recorrentes na pauta da entidade também farão parte da programação do evento. É o caso do “subfinanciamento da

saúde pública”, “novas alternativas para combater o Aedes aegypti e os reflexos da epidemia de microcefalia para a saúde pública”, “o fechamento das contas de 2016: o cumprimento do Artigo 42 da LRF em contexto de crise econômica”.

Multi Cidades

O lançamento da 11ª edição do anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios Brasileiros também está na programação da Reunião Geral da FNP e será realizado no dia 24. A publicação é um instrumento de avaliação e divulgação das contas públicas municipais e oferece uma visão abrangente do desempenho dos principais componentes das finanças municipais (receitas, despesas, indicadores financeiros e orçamen-

tários). A tiragem é de 10 mil exemplares, com distribuição gratuita nos poderes públicos dos três níveis de governo, além de acadêmicos.

Além do lançamento da Multi Cidades, o dia 24 vai marcar também a eleição da Coordenação Política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, que ocorrerá em 2017.

Estão previstas, ainda, visitas técnicas opcionais ao Projeto Porto Maravilha, Museu do Amanhã, ciclovia da Avenida Niemeyer, instalações olímpicas, entre outros.

As reuniões gerais da FNP recebem centenas de governantes, gestores locais e representantes das três esferas de governo ■

Marcio Lacerda apresenta EMDS na Alemanha



Prefeitura Belo Horizonte / Divulgação

Consórcio é alternativa para enfrentar desafios das cidades

Tratando do tema “Como alimentar nossas cidades? – Agricultura e Áreas Rurais em uma Era de Urbanização”, o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, participou, de 14 a 16 de janeiro, do Global Forum for Food and Agriculture (GFFA), em Berlim

(Alemanha). Na ocasião, Lacerda apresentou para gestores públicos de 62 países as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas na capital mineira, única cidade brasileira convidada a participar do evento.

Os restaurantes populares, os Sacolões ABasteCer e o projeto Hortas Escolares foram alguns dos projetos destacados pelo prefeito.

Aproveitando a pertinência dos debates propostos durante o Fórum, o prefeito Marcio Lacerda apresentou também o conceito do Encontro dos

Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) e convidou os presentes a participarem da quarta edição do evento, que será realizada em abril de 2017. O EMDS, que já está consolidado como maior evento de sustentabilidade urbana do país, reuniu, na terceira edição, quase 10 mil participantes.

A programação do Global Forum for Food and Agriculture contemplou, ainda, visitas técnicas para o compartilhamento de experiências inovadoras nas áreas de alimentação e agricultura, além de exposição de trabalhos e projetos no setor agroalimentar feitos por empresas, associações, universidades e representantes do Ministério alemão ■

Infraestrutura de municípios do Pampa Gaúcho é tema de reunião com ministro da Integração



Paulo Oliveira / FNP

Consórcio é alternativa para enfrentar desafios das cidades

Com o objetivo de pedir apoio para a recuperação de vias e estradas vicinais, prefeitos de municípios do Rio Grande do Sul estiveram reunidos, no dia 21 de janeiro, com o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, em Brasília (DF).

“Em função das recentes chuvas intensas e da pequena arrecadação dos municípios, nós prefeitos estamos tendo muita dificuldade na manutenção das estradas vicinais e nas ruas urbanas”, explicou o prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, vice-presidente de Regiões Fronteiriças da FNP. Na ocasião, o prefeito falou também sobre o trabalho

desenvolvido pelo Consórcio Intermunicipal do Pampa Gaúcho que, entre as competências, atua em áreas como infraestrutura, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental.

Além do prefeito Dudu Colombo, a reunião contou com a participação dos prefeitos de Santana do Livramento, Glauber Lima, de São Gabriel, Roque Montagner, de Cachoeira do Sul, Neiron Viegas, de Jaguari, João Mário Cristofari, de Dom Pedrito, Lidio Dalla Nora Bastos, de Candiota, Luiz Carlos Folador, e a vice-prefeita de Alegrete, Preta Mulazzani ■

Unesco premia municípios com o selo “Cidade Criativa”

Três cidades da diretoria da FNP foram escolhidas, em dezembro, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) entre as cidades mais criativas do mundo. Belém (PA) foi reconhecida pela gastronomia, Salvador (BA), pela música e Santos (SP), pelo cinema.

O selo de Cidade Criativa da Unesco foi concedido a 47 cidades do mundo em sete categorias criativas: Artesanato e Arte Folclórica, Design, Cinema, Gastronomia,

Literatura, Música e Tecnologia.

Com apoio da prefeitura de Belém, a candidatura da cidade contou, ainda, com a ajuda do instituto Atá, do chef de cozinha Alex Atala, e do instituto Paulo Martins, que promove e divulga a gastronomia paraense e amazônica.

A capital baiana recebeu o reconhecimento por sua produção musical. As cantoras baianas de axé Claudia Leitte, Daniela Mercury e Ivete Sangalo movimentam o carnaval. Salvador também é berço do bloco Olodum e da Timbalada, de

Carlinhos Brown. Músicos baianos famosos mundialmente, como Dorival Caymmi, Maria Bethânia, Caetano Veloso, Gal Costa e Gilberto Gil, também começaram suas trajetórias de sucesso na cidade.

Com dois cinemas públicos e 22 salas comerciais, o município da Baixada Santista foi reconhecido pela criatividade no cinema. Com o título, Santos passa a fazer parte da lista de oito cidades reconhecidas pelo seu desenvolvimento no setor e irá figurar ao lado de capitais como Roma (Itália) e Sydney (Austrália) ■

OPA2

OPERAÇÃO

ASFALTO



A OPERAÇÃO ASFALTO 2 JÁ ESTÁ EM ANDAMENTO

A Operação Asfalto 2 da Prefeitura já está executando serviços de tapa-buracos em toda a cidade. As equipes estão atuando nas principais avenidas e corredores de ônibus e, em seguida, trabalharão para recuperar vias danificadas pelas chuvas e pelo trânsito pesado.



Saiba mais:
www.guarulhos.sp.gov.br





Os Processos da
Prefeitura levavam
6 meses tramitando.
Agora tramitam
em **10 dias.**

Exemplo real da Prefeitura de Maringá - PR

Os Processos do **RH**
são tramitados
e assinados de
forma **100%** digital.

Caso real do Tribunal de Justiça de Pernambuco

230 toneladas de
papel que ocupavam
área nobre, agora são
armazenados com
a **SINAX.**

Exemplo real da Prefeitura de São José dos Pinhais - PR

Conheça nossos produtos:

Consultoria de Processos BPM

Software de BPMS + ECM

Plataforma Colaborativa

Logística Documental

Preservação Digital



(41) 3039-9652 | (41) 3501-0906 | www.sinax.com.br